

O mar virou sertão: a transposição do rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana

Daniel Rodrigues Brasil¹

Resumo

O objetivo central deste artigo é lançar luz sobre a inter-relação entre políticas destinadas às comunidades remanescentes de quilombos e imperativos de desenvolvimento do Estado brasileiro. Neste artigo, gostaria de me concentrar na natureza e abrangência dos conflitos resultantes do embate entre essas políticas públicas, tendo como referência as conclusões sobre o estudo de caso da transposição do rio São Francisco na comunidade quilombola de Santana, Município de Salgueiro, Pernambuco. Apresento algumas evidências que corroboram a hipótese de que a orientação dos imperativos de desenvolvimento no Brasil é contraditória com as políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos. A despeito de não constituírem prova cabal da insustentabilidade da política de desenvolvimento frente à política pública voltada para as comunidades remanescentes de quilombo de forma ampla, a análise de tais evidências oferece subsídios para instigar uma reflexão mais aprofundada sobre a temática dentro e fora do âmbito governamental.

Palavras-chave: *Políticas Públicas, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Desenvolvimento Sustentável.*

¹ Doutorando no Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPAC/UnB). drbrasil@gmail.com

Abstract:

The main objective of this article is to shed light on the interrelation between public policies aimed at quilombola (Brazilian black rural) communities and Brazilian State development imperatives. With this article, I would like to focus on the nature and breath of the conflicts resulting from the struggle between these public policies, based on the conclusions of the case study of the transposition of the São Francisco river at the quilombola community of Santana, located at the municipality of Salgueiro, Pernambuco. All in all, I present some evidences which corroborate the hypothesis that the orientation of Brazilian State development imperatives are contradictory to that of the public policies aimed at the quilombola communities. Even though these conclusions do not constitute a infallible proof of the unsustainability of the development policy when contrasted broadly to the public policy aimed at the quilombola communities, the analysis offers subsidies to coax a deeper reflection about the thematic, both within and outside government.

Keywords: *Public Policies, Quilombola communities, Sustainable Development.*

I. Introdução

O mar e o sertão estão entranhados no imaginário do nordestino desde os tempos dos primeiros aglomerados urbanos. Fruto da colonização portuguesa, representavam o progresso da faixa litorânea, em contraposição ao desconhecido, ao inacessível, ao incivilizado Sertão (Lima, 1999). Historicamente, inúmeras alternativas de desenvolvimento têm sido abertas às populações da região como forma de contornar o seu suposto atraso e impulsioná-las à modernidade (Andrade, 2006). Mais recentemente, o Estado tem reconhecido os direitos específicos de algumas dessas populações, como é o caso dos remanescentes de quilombo, abrindo novo campo de expectativas de fertilidade para uma região retratada como *o outro lugar* ou *o lugar do outro* (Vicentini, 1998).

Nova água promete jorrar na região com a transposição do rio São Francisco, obra de dimensões épicas, sonho antigo do litoral para o sertão, que remonta os tempos do Império. Enquanto não se efetivam em plenitude as políticas públicas destinadas às comunidades de quilombo, a água da transposição chega como um mar de possibilidades para o aten-

dimento das demandas represadas dessa população por tanto tempo negligenciada. A revelação de que mais essa solução de desenvolvimento atende a um público minoritário, diferente destes quilombolas do sertão nordestino que compõem o presente trabalho, faz com que esse mar vire rapidamente sertão, levando com suas águas fantasiosas mais um pouco da fertilidade natural das terras e do povo sertanejo. Intensifica, ao invés de mitigar, as assimetrias tanto imagéticas quanto reais, entre pobres e ricos, na região.

O presente artigo relaciona-se diretamente com a pesquisa desenvolvida em minha dissertação de mestrado, de mesmo título, aprovada no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, em 2011. O objetivo geral deste artigo, portanto, é indicar alguns elementos da pesquisa do referido mestrado, que dizem respeito à inter-relação entre as políticas destinadas às comunidades remanescentes de quilombos e os imperativos de desenvolvimento do Estado brasileiro. Neste artigo, gostaria de me concentrar na natureza e abrangência dos conflitos resultantes do embate entre essas políticas públicas, tendo como referência as conclusões sobre o estudo de caso da transposição do rio São Francisco na comunidade quilombola de Santana, Município de Salgueiro, Pernambuco. De toda sorte, aproveito a oportunidade para pontuar algumas evidências que corroboram a hipótese, apresentada na mencionada pesquisa de mestrado, de que a orientação dos imperativos de desenvolvimento no Brasil é contraditória com as políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos. Apesar de não constituírem prova cabal da insustentabilidade da política de desenvolvimento frente à política pública voltada para as comunidades remanescentes de quilombo de forma ampla, a análise de tais evidências oferece subsídios para instigar uma reflexão mais aprofundada sobre a temática dentro e fora do âmbito governamental.

II. A metodologia da pesquisa

O interesse com o trabalho realizado em conjunto com lideranças da comunidade quilombola de Santana esteve em qualificar a discussão do ponto de vista da realidade comunitária, traçando os impactos reais da transposição dentro de seu território, para mapear as vulnerabilidades

dos quilombolas em primeiro plano. Meu desejo não foi empreender uma etnografia da comunidade nem uma avaliação de impacto ambiental pura e simples. No primeiro caso, já existe estudo etnográfico sobre o quilombo, que inclusive compõe Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade, emitido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA)², que subsidia parte das reflexões aqui apresentadas. No caso da avaliação de impacto ambiental, avalei ser instrumento pouco conclusivo para dar conta da miríade de impactos do empreendimento sobre a realidade local e particular do quilombo de Santana.

Utilizei, portanto, também essas duas análises como subsídios, para caracterizar as vulnerabilidades da comunidade diante do empreendimento. A abordagem metodológica incluiu, adicionalmente, elementos da ecologia política e da análise do sistema alimentar local. Algumas das abordagens de ecologia política traçadas por Peluso e Watts (2001) chamaram atenção para a aproximação da realidade conflituosa dos quilombos. Particularmente no tocante à “especificação dos atores – camponeses, indígenas, trabalhadores, o Estado, ou o capital transnacional [que] é feita de acordo com a sua posição dentro de sistemas precisos de acumulação e campos de poder” (p.6). Peluso e Watts afirmam que “tendências globais no sentido da liberalização política e econômica carregam consigo uma explosão de reivindicações de propriedade e estratégias protecionistas” (p.6) e que “cenários de escassez e guerra são alimentados em grande medida pelos pobres e suas necessidades de recursos” (p.7 e 8).

Procurando estabelecer um ponto de partida para avaliar os efeitos da mudança provocada em Santana, e tendo como referência que a maioria das comunidades quilombolas está localizada no meio rural e depende de um modo de vida ligado à agricultura e ao extrativismo, aproximei-me da definição de Hartog (1995) para desenhar o sistema alimentar da comunidade e daí entender como e quais impactos estavam ocorrendo em seu território. Este autor entende o sistema alimentar como “a forma como as pessoas escolhem, consomem e usam os alimentos disponíveis, em resposta aos hábitos. Os hábitos são influenciados pela pressão social, cultural, econômica e ecológica”.

²Publicado no Diário Oficial da União, em 1º de fevereiro de 2011.

Partindo desse ponto, utilizei elementos da metodologia de Avaliação Participativa Rural (Leonhardt, 2001: 32) para associar cada etapa do sistema alimentar da comunidade aos impactos que o empreendimento determinava no quilombo. O público-alvo foi a população local, com agentes públicos envolvidos, fazendeiros, indígenas, assentados, organizações de fomento e da sociedade civil que trabalham na área. Conversei com jovens e idosos, mulheres e homens, e pessoas de todas as raças e etnias.

O primeiro contato com a comunidade foi em agosto de 2007, quando deparei com a realidade conflituosa de Santana com relação à transposição do rio São Francisco. Realizamos reuniões coletivas, com cerca de dez membros da comunidade por vez, e individuais, com lideranças do quilombo, partindo da visualização do sistema alimentar da comunidade para os impactos localizados ou globais da transposição sobre esse sistema e sobre a vida comunitária de forma geral. Os dados eram anotados e depois transcritos para o texto, com o apoio do registro fotográfico dos mapas, esquemas e quadros, construídos pelos moradores da comunidade que participaram dessas reuniões. Compuseram esses momentos caminhadas na companhia dos moradores, dentro do território de Santana, nos locais de obras da transposição, do Município de Salgueiro, e em outras comunidades da região.

Mais além, analisei os documentos advindos das audiências públicas realizadas sobre a implantação da transposição do rio São Francisco na região, bem como dos Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental referentes à transposição, além dos Relatórios Socioambiental e Antropológico, relativos ao território de Santana, como forma de qualificar os espaços de participação no processo decisório dos sujeitos afetados pela mudança no território. O foco do trabalho esteve relacionado à visão das populações acerca da implantação da transposição do rio São Francisco no quilombo de Santana sobre diversos aspectos: mudanças na vida das comunidades; participação dos órgãos de governo e entidades da sociedade civil no processo; participação da comunidade nas audiências e consultas públicas sobre o processo; condições de vida antes e após a chegada da obra; a caatinga; o impacto da relação entre os contratados e as pessoas do quilombo; diferenças da implementação da transposição dentro do quilombo e em relação às terras de fa-

zendeiros, assentados e indígenas; e formas de informação e divulgação da transposição.

Com o intuito de demonstrar o tamanho desse desafio que se interpõe às comunidades quilombolas, a partir dos dados disponíveis, confrontei dados sobre os conflitos ativos, até dezembro de 2010, que envolvem territórios de quilombos, com os empreendimentos no país, que atingem direta ou indiretamente as comunidades quilombolas. São principalmente latifundiários e fazendeiros os seus algozes, mas figuram também empresas de mineração, hidrelétricas e siderúrgicas, além de rodovias, ferrovias, gasodutos e até unidades de conservação. Constatei ainda o envolvimento do Estado na quase totalidade desses conflitos, seja como avalista, como indutor ou como ator principal. Essa é uma lógica que se agrava particularmente quando as relações sociais estão em transição em uma determinada região ou localidade, como é o caso das comunidades quilombolas. Com a assunção incipiente de direitos, os quilombolas tencionam toda uma lógica secular regional no sentido do rearranjo de forças produtivas e políticas. Isso se intensifica em cenários em que há extração de recursos naturais, tal qual ocorre no estudo de caso que se empreende no presente trabalho, uma vez que as relações sociais, já tensionadas, são alteradas pela presença de um polo atrativo exterior. Conforme ilustra o Gráfico 1, a seguir, de fato a maior ameaça aos territórios dos quilombos, individualmente, provém de conflitos com latifundiários e fazendeiros. Porém, quando somados, os empreendimentos ocupam mais da metade dos conflitos, 55%. Outro dado que chama a atenção é que um só empreendimento ou até mesmo parte dele pode muitas vezes atingir 70, 80 comunidades. O universo da pesquisa que deu base para o que ilustra o Gráfico 1 foi originado a partir das denúncias compiladas pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); do quadro dos processos de licenciamento ambiental, nos quais houve pronunciamento da Fundação Cultural Palmares (FCP); da tabela de casos conflituosos elevados à Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (AGU); e de pesquisa do próprio autor, consubstanciadas pelos dados sobre a regularização de territórios quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA) e pela relação das comunidades certificadas pela FCP. Foram catalogados 100 casos, até dezem-

bro de 2010, de conflitos envolvendo o território de quilombos e empreendimentos no Brasil.

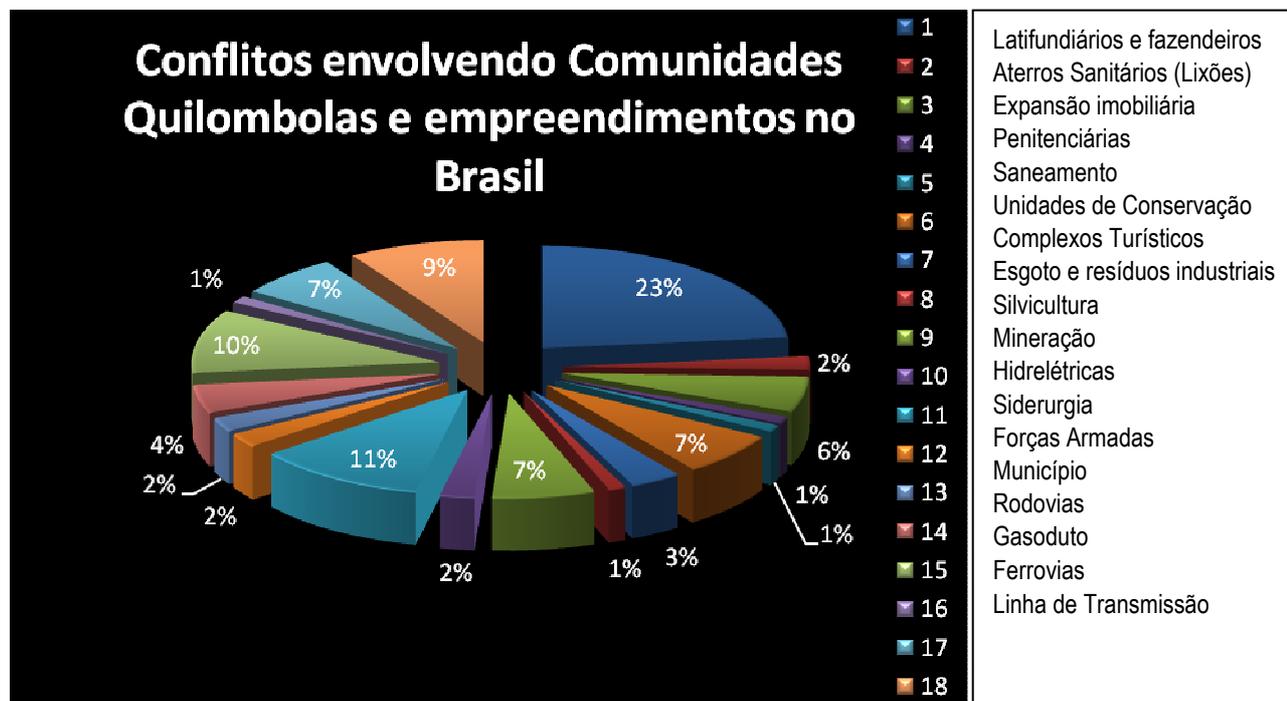


Gráfico 1 – Conflitos envolvendo quilombolas e empreendimentos no Brasil

Autor: Daniel Brasil

Data: dezembro 2010

Fonte: Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Fundação Cultural Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia Geral da União, dados da pesquisa de campo do autor.

De acordo com os dados, pode-se depreender que as estratégias utilizadas pelos diversos grupos contrários à causa quilombola são poderosas, engenhosas e muito bem articuladas, além de possuírem conteúdo pragmático claro, em relação à posse da terra para fins econômicos³. Foram verificadas ações de expulsão de moradores, intimidação não somente por jagunços e milícias, mas também pela polícia dos municípios

³Ver discussão sobre “antiquilombolismo” em: BRASIL, Daniel R. O mar virou sertão: a transposição do rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Junho de 2011. (páginas 43-45).

e dos estados, discriminação, estigmatização, desinformação, constrangimento, restrição do uso de bens comunitários e públicos, violência, bemcomo alijamento do processo decisório e de consulta pública. Essas ações, na maioria dos casos, ainda tomam forma de mandatos judiciais, falsificação de títulos em cartórios, conivência e ajuda de instituições públicas, particularmente os órgãos públicos de repressão. Mais além, constata-se que quanto menos reconhecida é a comunidade – partindo da identificação como menor grau de reconhecimento para a titulação como maior – maior é a chance de usurpação de seu território e dos direitos de seus moradores. Paradoxalmente, é justamente quando a comunidade se organiza que a violência opera de forma mais intensa.

Verifica-se, a partir dos relatos dos quilombolas e das denúncias encaminhadas à RBJA, que essas situações, em que afloram as tensões étnico-raciais, não se originam sem uma história. É possível correlacionar esses casos ao que Peluso e Watts (2001) identificam como períodos de transição. As relações de poder secularmente construídas, e que alijaram do processo decisório e da propriedade essas populações, estão em franca via de reorganização, forçosamente pela implementação (ou tentativa de) das legislações referentes aos direitos das comunidades quilombolas. A violência é construída no âmbito dessas relações sociais e espaciais em transição, que se acirram, segundo os autores, onde há formas particulares de extração de recursos naturais.

Diante desse cenário, voltei à comunidade quilombola de Santana, em dezembro de 2009, para realizar, em conjunto com os moradores, estudo de caso da implantação da transposição do rio São Francisco, dentro de seu território. A escolha de Santana, localizada no Município Salgueiro, Pernambuco, foi referenciada pelo histórico de resistência da comunidade e pelos indícios de fragmentação identitária, diante do empreendimento instalado no seu território, verificados já em 2007 e amadurecidos no curso da pesquisa. Quilombo ainda não titulado, Santana recebeu uma faixa de 17km de extensão por 450 metros de largura do canal da transposição do rio São Francisco (Figura 1), que se traduz em impactos bastante tangíveis na comunidade. Conjugam-se em Santana um quadro de exclusão de acesso a políticas públicas universais e específicas com oportunidades e desafios, próprios da implementação de um empreendimento dessa magnitude.



Figura 1 –Fotos da obra do canal da transposição do rio São Francisco dentro do território da comunidade quilombola de Santana

Autor: Daniel Brasil

Data: dezembro de 2009

Fonte: Acervo particular

c) A comunidade quilombola de Santana e os impactos sobre seu sistema alimentar

A comunidade quilombola de Santana está localizada na jurisdição do Município de Salgueiro, Pernambuco, distrito de Umãs, desde 1910. O município está dividido em cinco distritos, Salgueiro, Conceição das Crioulas, Umãs, Pau Ferro e Vasques, situados na mesorregião Sertão e na microrregião Salgueiro, do Estado de Pernambuco. Situa-se a 510 km de Recife, capital do estado. A paisagem local é marcada pelo bioma caatinga.



Figura 2 - Dentro do Quilombo de Santana

Autor: Daniel Brasil

Data: dezembro de 2010

Fonte: Acervo particular

As casas que se veem na Figura 2 estão dentro da comunidade de Santana, que ocupa uma área de aproximadamente 2.402 hectares, a 24 km da sede de Salgueiro, 10 km a oeste do distrito de Umãs, e a 20 km da cidade de Terra Nova. O território ocupado secularmente pelos negros de Santana compreende cinco sítios: Recanto, Olaria, Santana, Livramento e Jurema. São limítrofes ao território de Santana as fazendas Tamboril, Várzea do Ramos, Cacimbinha, e Boqueirão, a serra de Umãs,

o Sítio Novo e Pedro de Compadre. A comunidade de Santana obteve a Certificação da Fundação Cultural Palmares, em 2006, e, no dia 1º de fevereiro de 2011, o INCRA/MDA publicou, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial de Pernambuco, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)⁴ referente ao quilombo, sob a alcunha de comunidade remanescente quilombola Santana III. Em verdade, apesar de se constituir como peça fundamental para a obtenção da titulação definitiva, a publicação do RTID do quilombo não avançou no que diz respeito a uma caracterização mais fidedigna da comunidade, especialmente no que concerne aos impactos da transposição, conforme se verá nas seções à frente. Porém, cumpriu sua função de reiterar os pontos limítrofes do território de Santana, registrando suas 85 famílias, em uma área total de pouco mais de 2.309ha.

Essa é mais uma etapa vencida pela comunidade, mas que não esgota o processo de luta pela titulação definitiva. A partir da data de sua publicação, o RTID poderá ser contestado por qualquer uma das partes interessadas em um prazo de 90 dias. Logo após, o Relatório é enviado à sanção presidencial e, a partir da emissão do Decreto de Desapropriação por Interesse Social, fica o INCRA/MDA autorizado a conduzir a desintrusão do território, por meio da indenização dos ocupantes legalmente comprovados. Até o presente dia, a comunidade não foi titulada. Enquanto isso, os impactos da transposição têm se sentido de forma bem mais presente e célere.

Há impactos da obra em todos os segmentos do sistema alimentar da comunidade, que representam vulnerabilidades à continuação de seu desenvolvimento, à preservação de sua história e luta política (Figura 3). Do sistema alimentar, depreendo os desafios encontrados pela comunidade nas áreas de educação, saúde, moradia, saneamento, que casam com as políticas públicas negligenciadas, mas que são ampliados pelos impactos da obra. A ideia é oferecer ao leitor elementos concretos para uma compreensão crítica da realidade de um quilombo do sertão central pernambucano, mas que podem servir de referência, constatada a abrangência do potencial conflito entre empreendimentos e territórios quilombolas, para se repensar estratégias de desenvolvimento no país.

⁴<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=31/01/2011&jornal=3&pagina=124&totalArquivos=216>



Figura 3 –Foto do quadro esquemático do sistema alimentar da comunidade quilombola de Santana, suas características, vulnerabilidades e os impactos da transposição do rio São Francisco em cada etapa do sistema. Elaborado por moradores da comunidade

Autor: Daniel Brasil e lideranças da comunidade de Santana

Data: dezembro de 2010

Fonte: Acervo particular

O quadro esquemático apresentado na Figura 3 resume os principais elementos da discussão com a comunidade, a partir dos olhares dos moradores sobre o seu sistema alimentar e a intervenção que a obra causou. Os elementos que compõem o sistema alimentar da comunidade, estão inseridos nos diversos aspectos da vida comunitária, como educação, saúde, e moradia. Na base de recursos naturais, o efeito mais presente da transposição se deu sobre os bens essenciais: água e terra. Fo-

ram afetadas a capacidade de reserva de água e a disponibilidade de terras agricultáveis, por meio do cerceamento dessas áreas pela barreira que representa o canal. No que se refere aos recursos humanos, o relato dos moradores revela que a participação dos jovens na vida comunitária, especialmente na produção agrícola, tem caído drasticamente. A principal causa apontada são os contratos rápidos e fáceis com as firmas da transposição e a emigração para outros projetos de desenvolvimento em Petrolina, Pernambuco e até mesmo Bahia. A criação na comunidade também foi afetada com a transposição. O grande contingente de ovinos que eram criados por quase todas as famílias hoje se reduziu a algumas poucas famílias, que os criam para consumo próprio, mormente. A criação também se constituía em fonte de renda para as famílias da comunidade. A dificuldade de se manter a criação ocasionou perdas importantes na renda familiar do quilombo.

Nas outras etapas do sistema alimentar da comunidade, observa-se que há uma dificuldade presente de diálogo com estratégias familiares e tradicionais que historicamente impulsionaram o desenvolvimento comunitário. Esse conhecimento ainda é valorizado por parcelas cada vez menores dos moradores, mas raramente praticado, sobretudo entre os jovens. A informação que chega para contornar os problemas da produção e da criação é a agricultura industrial, com alto uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Esse processo de erosão do conhecimento tradicional e combinação com tecnologias produzidas *ex-situ* tem ocasionado a desestruturação do sistema alimentar no território, com sérios danos para a vida comunitária.

III. Outros impactos da transposição

A busca por uma metodologia adequada para o presente estudo centrou-se no mapeamento das vulnerabilidades da comunidade diante da implantação da obra de transposição, considerando suas atividades econômico-produtivas, culturais e sociais, base para a fruição plena de seus direitos constitucionalmente garantidos. A ideia foi traçar um quadro desde antes da implantação da transposição na região e os efeitos sobre a vida comunitária depois de seu início, considerando que a obra ainda não está concluída presentemente. O Quadro 1 a seguir tem como fonte a

narrativa de seus moradores. Tal narrativa abrange as experiências vividas desde antes do início da obra, em 2004, quando se começou a falar da transposição na região, passa pelo início da obra, no começo de 2009, e chega aos impactos verificados na última visita à comunidade, em dezembro de 2010.

Bens comunitários	Antes	Depois
Caatinga	Preservada	O canal consumiu 17km, em uma faixa de cerca de 500m de largura, de caatinga nativa, e isolou da comunidade outra parcela significativa, que pertencia ao seu território
Áreas de plantio	Estranguladas pela falta de acesso ao território definitivo	Diminuídas ainda mais e com racionamento de água para irrigação
Juventude	Trabalhando na roça e outras atividades comunitárias	Em um primeiro momento, nas firmas contratadas para execução da obra e, hoje, sem emprego e sem campos semeados para produção
Rede de solidariedade, cultura e identidade	Em pleno processo de expansão com a expectativa da assunção de direitos relativos à titulação da comunidade	Fragmentada pela diminuição da força das lideranças da comunidade e pelo esvaziamento da participação da juventude
Acesso à água	Diversificado, incluindo o Riacho Grande, barragens, cacimbas, adutora e cisternas	Interrupção e/ou desvio do Riacho Grande, isolamento da barragem, prejudicando a criação

		e a irrigação
Criação	Ostensiva	Confinada e, consequentemente, reduzida aos núcleos familiares
Acesso à comunidade	Dois acessos identificados, por Salgueiro e por Umãs	Acessos modificados, dificultados e não sinalizados
Moradia	Casas de tijolo e taipa	Mais casas de tijolo – devido a projeto não negociado com a comunidade – e taipa, com extensões iguais às de tijolo
Educação	Duas escolas, uma sem funcionar e outra precária	Duas escolas, uma sem funcionar e outra precária
Saúde	Não há posto de saúde nem PSF na comunidade	Não há posto de saúde nem PSF na comunidade
Saneamento	Poucas casas com banheiro, rede de esgoto a céu aberto	Poucas casas com banheiro, rede de esgoto a céu aberto
Bens coletivos	Facilmente identificados e livremente utilizados	Disputas sobre propriedade de terras
Caça	Abundante	Restringida
Inclusão digital	Sem acesso a telefone e Internet	Sem acesso a telefone e Internet
Madeira	Manejo tradicional	Manejo restrito

Quadro 1– Quadro da dinâmica comunitária em Santana, antes e depois da transposição do rio São Francisco

Autor: Daniel Brasil

Data: dezembro 2010

Fonte: Dados de pesquisa de campo, a partir do relato dos moradores

A realidade de exclusão dos quilombos atesta um quadro de profundo conflito de interesses no que se refere à ocupação do território, o que se traduz muito fortemente nas políticas públicas, sejam orientadas ao desenvolvimento ou à inclusão social e da diversidade, implementadas na região de Santana, que figuram potencialmente nos outros territórios quilombolas pelo país. O Estado reconhece a dívida histórica que tem para com as comunidades quilombolas, mas ainda se move muito lentamente para conseguir atender às demandas represadas por políticas públicas garantidas constitucionalmente⁵, de caráter universal ou específico, tropeçando em interesses econômicos e sociais contrários, e em procedimentos inadequados e pouco inclusivos para o atendimento das necessidades dessas populações.

Nesse sentido, não se está muito longe no Brasil do Estado multipluricultural que descreve Walsh (2002). Há uma dificuldade latente de se promover abordagens interculturais não somente para o privilégio ou prerrogativa das comunidades quilombolas e outras populações tradicionais, mas em benefício de toda a sociedade brasileira. A homogeneização das abordagens em políticas públicas segue a direção de uma modernidade que Toledo e Barrera-Bassols (2008) indicam deteriorar a memória biocultural dessas comunidades, patrimônio incomensurável da sociedade brasileira e mundial. A combinação unidirecional simplifica a complexidade dos conhecimentos, expressa na fragmentação das identidades, da lógica organizativa das comunidades, de suas estratégias de vida e de sua cultura, e representa uma inserção subalterna dos quilombos nessa modernidade, que implica a combinação de conhecimentos a partir de posições assimétricas.

Nesse diapasão, ainda se perpetuam relações de poder próprias da colonialidade, conforme salienta Quijano (2002), materializadas nos procedimentos de interface com as comunidades. É necessário repensar a posição dos gestores públicos nessas interfaces que são caracterizadas *a priori* por assimetria, como evidencia Long (1999). Essas interfaces ain-

⁵ Ver discussão sobre políticas públicas e conhecimento complexo-combinado em: BRASIL, Daniel R. O mar virou Sertão: a transposição do rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Junho de 2011. (páginas 71- 81)

da são permeadas pelo desenvolvimentismo (Sikkink,1991) dentro de uma roupagem de mercado, entranhada de neoliberalismo, e condiciona os modelos de desenvolvimento pensados foradas comunidades.

Essas posições assimétricas são ainda mais centrífugas quando se soma ao cenário a presença de empreendimentos que concorrem com o território das comunidades, particularmente para a extração de recursos naturais. Aqui se acirram os efeitos danosos dacontradição explícita entre as políticas para os quilombolas e os imperativos de desenvolvimento que se interpõem a esses sujeitos, que são afetados diretamente e estão à margem do processo decisório desse próprio desenvolvimento. Outro ponto importante é que são territórios que vivem constantemente sob o signo do que Peluso e Watts (2001) classificam como períodos de transição. A incipiente assunção de direitos que a luta dos quilombolas deu início carrega consigo também o impulso a uma reorganização das relações sociais nas regiões onde se localizam, que por si sós já são fontes de tensão.

Não têm o necessário, que lhes foi prometido em políticas públicas que pouco foram implementadas; não fazem parte do possível, pois continuam excluídos, mesmo no modelo socioeconômico alternativo, como apontado por Vizentini (2005), que visiona o governo atual; e lhes é imposto, por fim, o impossível, em forma de desenvolvimento e progresso, perante os quais representam um entrave, ao invés de beneficiários.

IV. Considerações finais

No estudo de caso que fundamenta este artigo, pôde-se perceber que o necessário ainda está muito longe de se tornar realidade. Não foi possível constatar a implementação de sequer uma das ações que compõem o Programa Brasil Quilombola (PBQ)⁶ na comunidade. As demandas his-

⁶O PBQ, criado em 2004, tem como finalidade essencial a coordenação das ações governamentais - articulações transversais, setoriais e interinstitucionais - para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa é coordenado pela SEPPIR/PR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, e conta com a participação de 21 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações sociais. Conta com um volume de recursos da ordem de 2 bilhões

tóricas por educação, saúde, moradia e saneamento vêm compondo, por demanda da comunidade, a pauta do Programa Básico Ambiental, referente às medidas de mitigação de impacto da transposição do rio São Francisco, conforme destacado no Plano de Desenvolvimento, peça do Relatório Antropológico (OLIVEIRA JÚNIOR, 2009).

O impossível, que era o mar virar sertão, aconteceu na região: a promessa de que um mar de água iria chegar a Santana, conduzida por um canal fantástico, e “mudar a cara da comunidade”, conforme anunciavam os técnicos do Ministério da Integração (MI), responsáveis pela obra, não foi cumprida. Aquele sertão já era mar para muitos dos santanenses e para muita gente de fora do quilombo, interessadas na riqueza que a água traria àquelas terras, quando foi anunciado que tudo aquilo só foi um sonho, e um sonho sonhado apenas pelos quilombolas. O incrível é que no curso desse processo somente se passou um par de anos para que os olhos dos quilombolas de Santana se enchessem de vida e água e em seguida murchassem com a poeira das obras. As promessas de muita água deram lugar a uma descrença generalizada. Essa descrença afetou não somente as expectativas em relação a um mar de possibilidades que a água traria para transformar a comunidade, mas também a viabilidade das alternativas de desenvolvimento construídas historicamente. O mar virou sertão, daquele mais seco que João Cabral de Melo Neto⁷ poderia descrever.

Tendo esse cenário como dado mais concreto, calcado nas informações que foram geradas a partir da pesquisa, é possível tecer algumas conclusões sobre a transposição do São Francisco na comunidade de Santana. As conclusões apontadas cabem em uma mão, mas podem oferecer uma baliza para as reflexões acerca das interfaces entre imperativos de desenvolvimento e as políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos.

Uma primeira conclusão é que os técnicos de órgãos governamentais não se apoiam necessariamente em visões preconcebidas e conservadoras sobre a comunidade de Santana e sobre a causa quilombola. Também

de reais, espalhados pelas diversas pastas dos órgãos participantes, programado, inicialmente, para o período de 2007 a 2011.

⁷João Cabral de Melo Neto. *Obra completa*, Editora Nova Aguilar - Rio de Janeiro, 1994, pág. 254.

não se constatou *a priori* essa perspectiva entre o corpo que gerencia os projetos e programas para a região, balizados em políticas públicas desenhadas a partir de referencial universal ou específico. Como se pôde ver nesse trabalho, não há também posicionamento, explícito nas políticas públicas, contrário às comunidades quilombolas, apesar de seus críticos serem cada vez mais ferozes no universo no qual gravitam essas políticas.

O que se pôde verificar de forma contundente foi a desconsideração das realidades específicas das comunidades quilombolas desde o planejamento dessas políticas. Como a política é o que dá base ao programa, ao projeto e a outras ações governamentais direcionadas ou não às comunidades quilombolas, seria extraordinário se esperar do técnico, que não tem como público direto os quilombos, apreender de forma dinâmica o seu contexto específico e transformar isso em ação pública eficiente. Adicionalmente, no único programa que se tem notícia, direcionado especificamente às comunidades quilombolas, o PBQ, há uma enorme carência de recursos humanos e de força política para a articulação institucional que demandam as ações a serem empreendidas no âmbito do programa. É difícil esperar, portanto, que se tenham parâmetros adequados que possam redundar em mecanismos e em material humano qualificados para atender às complexidades inerentes à execução das políticas públicas destinadas a essas comunidades. Essa talvez seja a principal dificuldade do atendimento das reivindicações dessa população brasileira.

Uma segunda conclusão é a de que a visão de que os moradores da comunidade de Santana são pontos fora da curva das políticas estruturantes do desenvolvimento nacional, alheios a uma modernidade que aparentemente está à mão de todos, é estereotipada e reacionária. Fora estãos santanenses, em verdade, do escopo das políticas públicas, sejam elas específicas ou universais, como se pôde verificar, mais particularmente no estudo de caso.

A modernidade que chega para combinar com seus conhecimentos comunitários é aquela processada na medida do possível, não atende o necessário, e faz viver o impossível. Como foi constatado na pesquisa, muitas vezes os interlocutores dessa modernidade para a comunidade são o fazendeiro, que tem interesse nas terras do quilombo; o empreiteiro, que

tem interesse na construção do canal; o projetista, que tem interesse no projeto; a autoridade local, que tem interesse no município; e o governo federal, que tem até interesse na comunidade, o PBQ como exemplo, mas só conseguiu, até o momento, conversar com ela por meio de seu braço desenvolvimentista.

Uma terceira conclusão que se chega, portanto, é que a combinação oferecida é muito pobre. Verificaram-se esforços válidos, como o trabalho do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)⁸ e o do Programa Saberes da Terra⁹, mas a maioria dos contatos estabelecidos são com indivíduos ou instituições que mantêm seus interesses fora da comunidade. Não chegaram pontos de cultura, a escola continua em frangalhos, os programas de etnodesenvolvimento não foram implementados e o que se aventa como solução presente para os anseios da comunidade são as medidas de mitigação, as quais serão, quando forem, novamente implementadas por empreiteiros, projetistas e o braço desenvolvimentista do governo.

Por último, ficou evidente que o nível de organização comunitária, mas também política, interfere na forma como essas combinações são efetivadas. Em Santana, como destacado, os impactos da transposição se sentiram de forma atroz no processo identitário e, conseqüentemente, no processo de organização da comunidade em torno da luta pela efetivação de seus direitos, particularmente a titulação de seu território. Em outras comunidades da região, também na área diretamente atingida pela transposição, como é o caso de Conceição das Crioulas, que se localiza no mesmo município, observa-se que os impactos foram significativos, mas

⁸O CCLF conduz ações de apoio ao acesso aos direitos dos quilombolas e mantém projeto de mapeamento das Comunidades Quilombolas do Sertão de Pernambuco, coordenado pelo Centro de Cultura Luiz Freire em parceria com a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do governo estadual.

⁹O ProJovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gêneros, étnico-raciais, culturais, geracionais, políticas, econômicas, territoriais e produtivas dos povos do campo. http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com_content&view=article e, acesso em 7 de fevereiro de 2011.

a comunidade teve capacidade maior de voz nas decisões sobre as medidas de mitigação de impacto, levadas a cabo na comunidade pelo empreendedor; o processo identitário pouco sofreu fragmentação e a comunidade continua unida em torno da luta pela efetivação de seus direitos, que teve uma vitória significativa, em 2009, com a expedição do Decreto de Desapropriação por Interesse Social, relativo ao território da comunidade.

Verificou-se que os períodos de transição, que sublinham Peluso e Watts (2001), estão presentes em Santana, como também em outros quilombos da região, e se acirram quando a comunidade se organiza em torno de sua luta identitária. Mas também é verdade que a organização comunitária, em torno da sua luta política, produz maior capacidade de interfaces qualificadas. Em cenários de extração de recursos naturais, há uma assimetria ainda maior e as relações de poder impulsionam para a fragmentação das identidades. Algumas vezes, é a própria organização comunitária que se posiciona como última barreira à sua dissolução.

Quando essas relações de poder puderem incluir como paradigma para suas interfaces aquelas dos quilombolas, talvez se possa começar a tornar real o mar de possibilidades que os imperativos de desenvolvimento e as políticas públicas destinadas a essas populações prometeram concretizar. Enquanto isso, o que se vê é que a região continua sendo o outro lugar ou o lugar do outro e que o mar permanece no imaginário quase messiânico dos seus habitantes. Uma vez mais esse mar virou sertão.

Referências

ANDRADE, R. M. T. **The Third Bank of the Lower Sao Francisco River: culture, nature and power in Northeast Brazil 1853-2003.** 2006. Tese (Doutorado em Energy and Resources) - University of California Berkeley, Berkley, Califórnia.

HARTOG den, A.P., STAVEREN van, W.A., BROUWER, I. D. **Manual for social surveys on food habits and consumption in developing countries.** The Netherlands: Pudoc Wageningen, Margraf Verlag, 1995.

LEONHARDT, M. **Conflict analysis for project analysis and management**. Eschborn: GTZ, Division 43, 2001.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ/UCAM, 1999.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002.

LONG, Norman. **UNESCO Background Paper on Interface Analysis**. UNESCO, outubro 1999.

NETO, João Cabral de Melo. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Barboza. **Relatório Antropológico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santana – Salgueiro – PE**. Item 17 – Projeto Básico Ambiental. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Ministério da Integração: 2009.

PACHECO, Tânia. **Terra/Território: desafios jurídicos e políticos em movimento(s)**. Palestra. João Pessoa: Dignitatis/INCRA, 20/08/2010.

PELUSO, N., WATTS, M. **Violent Environments**. Ithaca: Cornell University, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. Ano 17, n. 37, 2002.

_____. “Prólogo” In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1995 (Primera Edición de 1979). Reeditado como Livro em: Reencuentro Y Debate, Una Introducción a Mariátegui. Lima: Mosca Azul Editores, 1981

_____. **Modernidad, Identidad y Utopia en America Latina.** Lima: Sociedad e Política Ediciones, 1988.

SIKKINK, Kathryn. **Ideas and Institutions:** developmentism in Brazil and Argentina. Ithaca, New York, and London: Cornell University Press. 1991.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se:** panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília. 204 f.

TOLEDO, Victor M. e BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La Memoria Biocultural:** La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

VICENTINI, Albertina. O Sertão e a Literatura. **Sociedade e Cultura.** 1 (1): 41-45, janeiro/julho de 1998.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas – Revista de Ciências Sociais,** v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005

WALSH, Catherine. (De) construir la interculturalidad: consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador. In: FULLER, Norma. **Interculturalidad y Política. Desafíos y posibilidades.** Lima: Red para el desarrollo de las ciencias sociales en Perú, 2002, pp. 115-142.

Artigo recebido para publicação em:

06 de janeiro de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

21 de março de 2013.

Como citar este artigo:

BRASIL, Daniel R. “O mar virou sertão: a transposição do rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. especial, pp. 36-59, 2013.